

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. relativas ao exercício de 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma sociedade anônima fechada especialista em vida, com mais de 59 anos dedicados ao mercado de seguros de vida e previdência complementar aberta.

Em 2019, a Companhia buscou gerar soluções que criassem valor a sociedade, corretores, parceiros, clientes e colaboradores, alcançando resultados sustentáveis e crescentes, mantendo os valores humanos e sociais como uma diretriz.

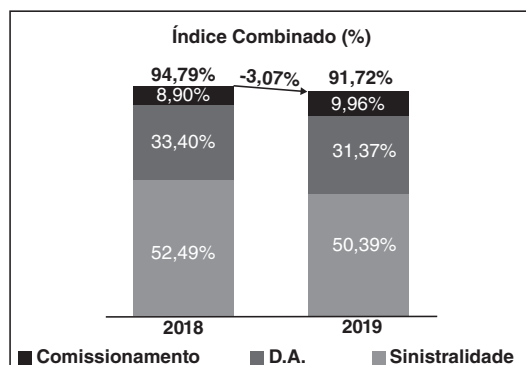
Os números demonstram a consolidação de um trabalho de longo prazo elaborado pela Companhia. A Seguradora manteve sua política de austeridade reduzindo as despesas administrativas em 1,51%. Aliado a esse fator, os crescimentos dos resultados operacionais e financeiro contribuíram para atingir um lucro líquido de R\$ 42,07 milhões e um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 13,49%.

2. Ações Sociais - Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da CAPEMISA é um caso raro no mundo corporativo de uma empresa que surgiu para gerar recursos para a CAPEMISA Instituto de Ação Social e, assim, apoiar diversas obras sociais, entre elas o Lar Fabiano de Cristo. O projeto foi iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

3. Desempenho**Índices**

Em 2019, o Índice Combinado, relação entre as despesas operacionais e a receita oriunda dos prêmios ganhos, teve uma redução de 3,07 p.p. em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação decorre em função da política de controle de custos, da busca por linhas de negócios sustentáveis e foco em soluções para atender as necessidades dos clientes, resultando no crescimento dos prêmios ganhos da Companhia no período.



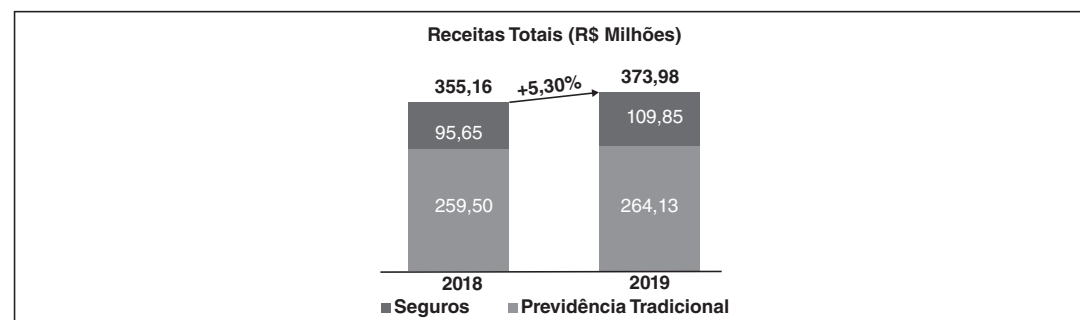
Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

O Índice Combinado Ampliado, dado pelo acréscimo do resultado financeiro ao Índice Combinado, melhorou 3,59 p.p., em função, principalmente, do aumento da rentabilidade dos investimentos realizados e do crescimento da concessão de Assistência Financeira.

Faturamento

No exercício de 2019, o faturamento da Companhia foi de R\$ 373,98 milhões, refletindo um crescimento de 5,30% em relação ao mesmo período de 2018. Tal aumento é consequência do foco da Capemisa em procurar entender as necessidades dos clientes e do mercado, criar soluções para captação de novos consumidores e desenvolver um ambiente propício à fidelização dos atuais segurados.

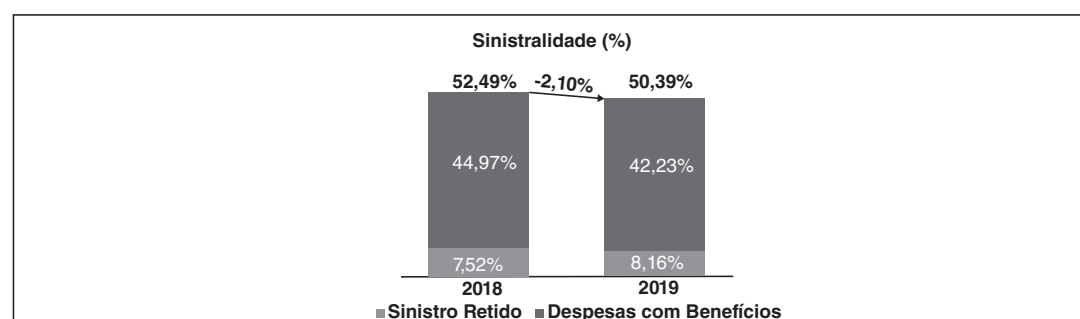
A Capemisa busca estar próxima aos corretores, ofertando treinamento e capacitação para os mesmos, além de realizar parcerias com grandes varejistas e companhias como parte de sua estratégia. Nesse contexto, a combinação de produtos e serviços oferecidos pela Seguradora, distribuídos por corretores e parceiros cada vez mais capacitados e presentes em todo o território nacional, fez com que a Companhia crescesse as receitas das suas principais linhas de negócios.



Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Sinistralidade

O índice de sinistralidade, razão entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos líquidos de resseguro, teve uma queda de 2,10 p.p. em relação ao mesmo período de 2018 devido à estratégia da Empresa de atuar em um mercado com menor competição por preço e à política de subscrição adotada.

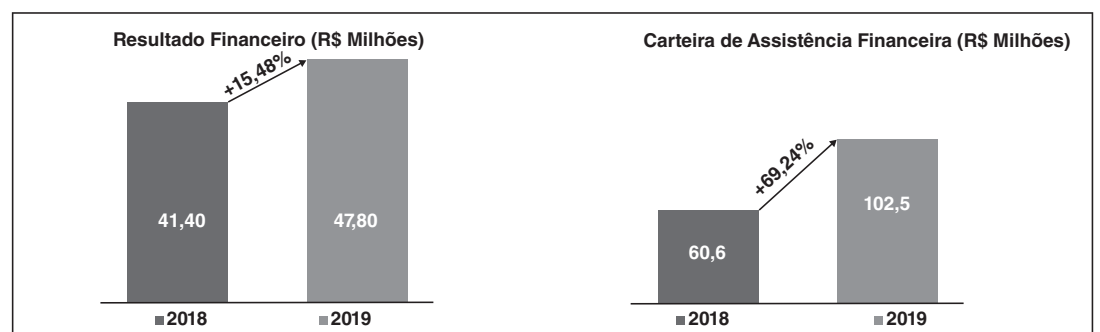


Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Resultado Financeiro

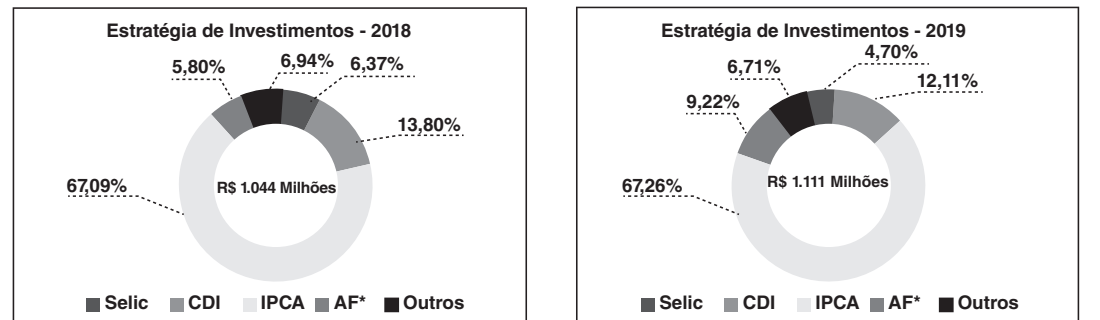
O ano de 2019 foi desafiador para o mercado securitário. Dado o cenário econômico nacional de tímida demanda e baixa inflação, a Seguradora decidiu focar seus esforços em operações e estratégias que proporcionassem maior rentabilidade e segurança, tal como a Assistência Financeira - concessão de crédito ao cliente titular de um plano de previdência com as melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado.

Além disso, o ALM (Asset Liability Management) suportou a queda das taxas de juros, com os ativos comprados superiores aos vigentes. Tais movimentos tiveram efeitos positivos no resultado financeiro da Companhia que cresceu 15,48%.



Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

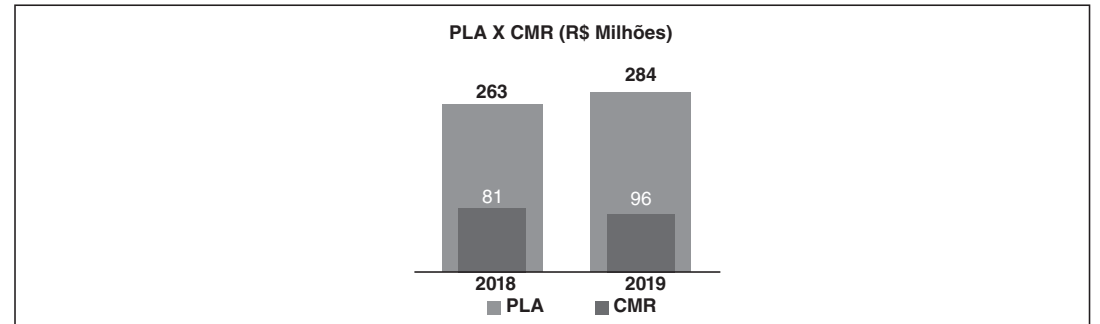
A Capemisa seguiu com a sua estratégia de ALM (Asset Liability Management) em 2019, manteve a alocação em títulos públicos e títulos privados indexados ao IPCA.

**(*) Assistência Financeira**

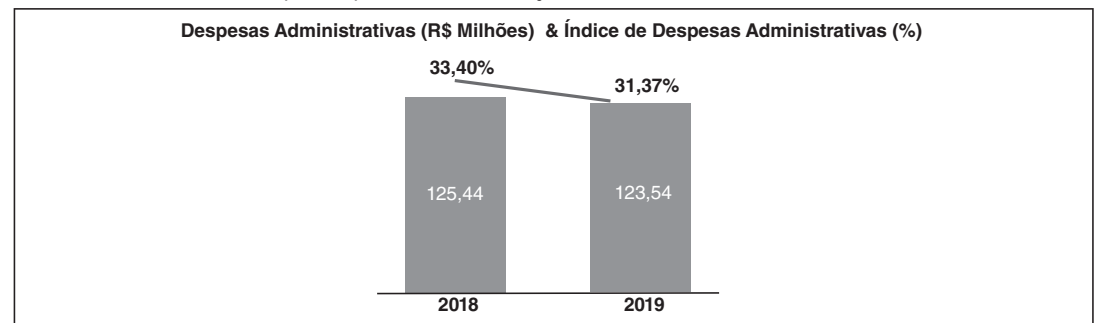
Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Solvência

A Capemisa Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado três vezes maior do que o capital exigido pelo Órgão Regulador.

**Despesas Gerais e Administrativas**

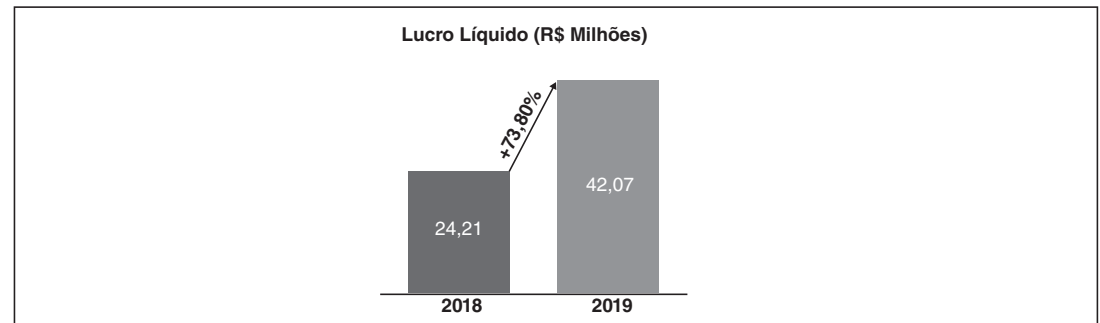
A Capemisa Seguradora manteve sua política de austeridade almejando a melhoria da eficiência operacional e administrativa. A Empresa tem implementado programas de aperfeiçoamento contínuo em processos e controle da eficiência operacional, melhorando a relação custo versus receita. Como consequência dessas ações, a empresa apresentou redução das despesas administrativas de R\$ 1,9 milhões. O índice de despesas administrativas atingiu 31,37%, diminuindo em 2,03 pontos percentuais na relação interanual.



Nota: Não considerados os valores das operações com o Consórcio DPVAT

Lucro Líquido

Com foco no cliente, procurando entender e criar soluções que atendam suas necessidades, a Capemisa Seguradora buscou o crescimento sustentável, prezando pela melhoria contínua de seus processos e resultados. Essa combinação culminou na evolução dos principais indicadores da Companhia e, consequentemente, no aumento do lucro líquido em 73,80%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, maximizando recursos da Empresa e de seus acionistas, apresentando um retorno sobre o patrimônio de 13,49%.

**4. Governança Corporativa**

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Companhia.

6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, apresentando assim seus riscos administrados / mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades.

A CAPEMISA Seguradora se mantém como empresa sólida e capaz de honrar os seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, a Companhia declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		422.631	409.250	PASSIVO CIRCULANTE		291.313	276.504
Disponível		1.340	1.890	Contas a pagar		36.201	31.365
Caixa e bancos		1.340	1.890	Obrigações a pagar	14	19.277	15.414
Aplicações	5	368.383	363.302	Impostos e encargos sociais a recolher	15	2.931	2.106
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.920	6.462	Encargos trabalhistas	16	5.602	5.250
Prêmios a receber	6	6.920	6.462	Empréstimos e financiamentos	17	-	606
Créditos das operações com previdência complementar		1.488	1.119	Impostos e contribuições	18	8.390	7.987
Valores a receber	7	1.488	1.119	Outras contas a pagar		1	2
Outros créditos operacionais		318	159	Débitos de operações com seguros e resseguros	19	4.477	3.394
Ativos de resseguro e retrocessão		290	301	Operações com resseguradoras		313	326
Títulos e créditos a receber	8	41.269	33.615	Corretores de seguros e resseguros		2.442	2.532
Títulos e créditos a receber	8.1	21.376	20.547	Outros débitos operacionais		1.722	536
Créditos tributários e previdenciários	8.2	265	105	Débitos de operações com previdência complementar	19	121	115
Assistência financeira à participantes	8.3	19.351	12.657	Débitos de resseguros		121	115
Outros créditos	8.4	277	306	Depósitos de terceiros	20	24.549	25.182
Empréstimos e depósitos compulsórios		154	134	Provisões técnicas - seguros		146.043	147.426
Despesas antecipadas		1.896	1.802	Danos	21.1	109.289	110.504
Custos de aquisição diferidos	9	573	466	Pessoas	21.2	36.752	36.917
Seguros		573	466	Vida com cobertura por sobrevivência	21.2	2	5
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.055.306	1.002.284	Provisões técnicas - previdência complementar	21.3	78.653	65.795
Realizável a longo prazo		1.024.150	970.635	Planos bloqueados		29.746	25.508
Aplicações	5	749.900	730.446	Planos não bloqueados		48.890	40.271
Títulos e créditos a receber	8	272.861	238.356	PGBL		17	16
Créditos tributários e previdenciários	8.2	52.655	53.381	Outros débitos	22	1.269	3.227
Depósitos judiciais e fiscais	10	137.075	137.077	Provisões judiciais		1.269	3.227
Assistência financeira à participantes	8.3	83.131	47.898	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		864.578	833.231
Empréstimos e depósitos compulsórios		321	501	Provisões técnicas - previdência complementar	21.3	734.095	709.362
Despesas antecipadas		1.068	1.332	Planos bloqueados		698.708	675.134
Investimentos	11	24.885	21.245	Planos não bloqueados		35.387	34.228
Participações societárias	11.1	24.435	20.795	Outros débitos	22	130.483	123.869
Imóveis destinados a renda	11.2	450	450	Provisões judiciais		130.483	123.869
Imobilizado	12	3.416	4.982	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	322.046	301.799
Imóveis de uso próprio		1.461	1.514	Capital social	26.1	270.797	270.797
Bens móveis		1.831	3.296	Reservas de lucros	26.2	51.172	30.980
Outras imobilizações		124	172	Ajuste de avaliação patrimonial		77	22
Intangível	13	2.855	5.422	TOTAL DO PASSIVO		1.477.937	1.411.534
Outros intangíveis		2.855	5.422				
TOTAL DO ATIVO		1.477.937	1.411.534				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	2019	2018
Prêmios emitidos		123.148	124.071
(+) Contribuições para cobertura de riscos		264.133	259.503
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		18.449	15.669
(=) Prêmios ganhos		405.730	399.243
(+) Receita com emissão de apólices		3.664	3.294
(-) Sinistros ocorridos	30.a	(129.937)	(141.916)
(-) Custos de aquisição	30.b	(35.973)	(30.626)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	30.c	(17.693)	(12.295)
(+) Resultado com operações de resseguro		(534)	(1)
(+) Receita com resseguro		-	439
(-) Despesa com resseguro		(534)	(440)
(+) Rendas de contribuições e prêmios		(3)	(1)
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		89	(2)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		86	(3)
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(77.545)	(73.604)
(-) Custos de aquisição	30.b	(3.255)	(3.139)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	30.c	(18.075)	(15.123)
(-) Despesas administrativas	30.d	(116.012)	(119.084)
(-) Despesas com tributos	30.e	(12.620)	(11.424)
(+) Resultado financeiro	30.f	47.694	41.651
Receitas financeiras		121.177	112.558
Despesas financeiras		(81.983)	(71.607)
Reversão do Juros sobre capital próprio		8.500	700
(+) Resultado patrimonial	30.g	4.348	2.070
(=) Resultado operacional		49.878	39.043
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	30.h	1.077	1.792
(=) Resultado antes dos impostos e participações		50.955	40.835
(-) Imposto de renda	31	(4.270)	(7.752)
(-) Contribuição social	31	(2.632)	(6.776)
(-) Participações sobre o lucro		(1.983)	(2.101)
(=) Resultado líquido do exercício		42.070	24.206
(/) Quantidade de ações		638.362.669	638.362.669
(=) Resultado do exercício por ação (em reais)		0,07	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	42.070	24.206
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	(5)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	2	
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo (reflexo)	93	40
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes (reflexo)	(35)	(18)
Outros Resultados Abrangentes, Líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	55	22
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	42.125	24.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS	42.070	24.206
Resultado líquido do exercício		
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	3.456	4.676
Constituição por redução ao valor recuperável dos ativos	3.844	(1.231)
Perda na alienação de imobilizado, intangível e investimentos	355	853
Resultado de equivalência patrimonial	(4.118)	(1.884)
Outros Ajustes	(100)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(24.484)	(5.449)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(524)	(114)
Créditos das operações de previdência complementar	(369)	173
Ativos de resseguro	11	(55)
Créditos fiscais e previdenciários	(160)	(27)
Ativo fiscal diferido	726	7.910
Depósitos judiciais e fiscais	2	(4.944)
Despesas antecipadas	171	635
Custos de aquisição diferidos	(107)	(101)
Assistência financeira à participantes	(42.654)	(34.269)
Outros ativos	(2.332)	(11.911)
Impostos e contribuições	6.505	108
Contas a pagar	880	6.090
Débitos de operações com seguros e resseguros	(107)	(323)
Débitos de operações com previdência complementar	6	33
Depósitos de terceiros	(633)	20.957
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.383)	3.909
Provisões técnicas - previdência complementar	37.590	8.770
Provisões judiciais	6.543	5.369
Outros passivos	(794)	(651)
Caixa gerado pelas operações	24.394	22.730
Juros pagos	-	(287)
Recebimento de dividendos	16	(395)
Imposto sobre o lucro pagos	(6.102)	(6.546)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.308	15.502
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(14)	(3.500)
Imobilizado	(145)	(1.319)
Intangível	(1.049)	(3.922)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.208)	(8.741)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(17.045)	(6.818)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(605)	(816)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(17.650)	(7.634)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(550)	(873)
Caixa e equivalentes de caixa no Início do exercício	1.890	2.763
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.340	1.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais)

Discriminação	Notas	Reservas de Lucros		Reserva Estatutária	Ajuste TVM	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		270.797	1.308	17.390	-	-	289.495
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 08 de março de 2018		-	-	(5.025)	-	-	(5.025)
Títulos e valores mobiliários reflexo		-	-	-	22	-	22
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	24.206	24.206
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	26.2	-	1.210	-	-	(1.210)	-
Reserva estatutária	26.2	-	-	16.097	-	(16.097)	-
Dividendos	26.3	-	-	-	-	(6.199)	(6.199)
Juros sobre o Capital Próprio	26.3	-	-	-	-	(700)	(700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		270.797	2.518	28.462	22	-	301.799
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 27 de Fevereiro de 2019		-	-	(9.888)	-	-	(9.888)
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	(3)	-	(3)
Títulos e valores mobiliários reflexo		-	-	-	58	-	58
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	42.070	42.070
Proposta p/ distribuição do resultado							
Reserva legal	26.2	-	2.103	-	-	(2.103)	-
Reserva estatutária	26.2	-	-	27.977	-	(27.977)	-
Dividendos	26.3	-	-	-	-	(3.490)	(3.490)
Juros sobre o Capital Próprio	26.3	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		270.797	4.621	46.551	77	-	322.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional: A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Vida em todo território nacional, podendo, ainda, participar de outras sociedades.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1 - Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações foram elaboradas com base no princípio da continuidade. **2.2 - Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Os ativos financeiros disponíveis para a venda são mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Seguradora é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. **2.4 - Conclusão das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020. **2.5 - Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil. • Nota 3.2 e 5 - Ativos financeiros e aplicações financeiras; • Nota 3.12 e 21 - Provisões técnicas; • Nota 3.18 - Classificação de um contrato de seguro; • Nota 8.2 - Créditos tributários e previdenciários; • Nota 22.b - Outros débitos (provisões fiscais, trabalhistas e cíveis).

2.6 - Estimativa do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de seguros, operações com previdência complementar e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registradas pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação: • **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). **2.7 - Gestão de riscos:** A CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto ao Conselho de Administração, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Seguradora utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitamentos, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional. O processo de gerenciamento de riscos permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no manual da organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa. A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, ou do aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as

quais se relaciona. **Processo de Gestão dos Riscos Financeiros:** A Gestão de Riscos dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimento considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. Na segunda camada, a Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com a legislação vigente e a Política de Investimentos contida na circular normativa de investimentos. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de Mercado:** Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço. O controle e a identificação dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP. Visto o perfil de negócio da Capemisa, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	2019	2018
Pós Fixados (SELIC/CDI)	17,2769%	20,1310%
Inflação (IPCA/IGPM)	75,3779%	72,5591%
Ações	0,0004%	0,0035%
Outros	7,3448%	7,3064%

Risco de Crédito: É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos. Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas. O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente e através de fundos exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Fitch, Moody's e Standard & Poor's:

		2019				2018					
Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL	Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL
AAA	2.996	-	83.728	-	86.724	AAA	-	11.297	67.086	-	78.383
AA+	3.679	-	33.358	-	37.037	AA+	515	-	31.636	-	32.151
AA	4.816	-	-	-	4.816	AA	7.585	-	9.328	-	16.913
AA-	907	-	-	-	907	AA-	1.378	-	-	-	1.378
A+	1.758	-	-	-	1.758	A	302	-	-	-	302
A	1.270	-	-	-	1.270	A-	2.942	7.963	-	-	10.905
BBB-	986	-	-	-	986	CCC	-	-	-	520	520
C	-	-	-	527	527	N/D	5.182	-	-	-	5.182
N/D	5.165	-	-	-	5.165	TOTAL	21.577	-	117.086	527	139.190
TOTAL	21.577	-	117.086	527	139.190	TOTAL	17.904	19.260	108.050	520	145.734

Derivativos: A Capemisa Seguradora não apresentou posicionamento direto em derivativos no exercício de 2019. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram os mesmos na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que os mesmos não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir

liquidez diária e suprir as necessidades da companhia. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM, com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da companhia. **Gestão dos Riscos Operacionais:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O processo de Gestão de Riscos Operacionais conta com a constituição de um Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, onde são registrados os eventos de perdas operacionais ocorridos na companhia, cujo o monitoramento e gerenciamento é executado de forma corporativa, utilizando um processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecendo métodos para tratamento dos mesmos, a fim de evitar a ocorrência de novos eventos similares. A CAPEMISA atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas (adotando diversas ações, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e a emissão de recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades), respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação. **Gestão dos Riscos de Subscrição:** O Risco de Subscrição consiste na possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas do planejamento estratégico, tático, orçamentário e que possam comprometer o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. O processo de Gestão dos Riscos de Subscrição é monitorado pela companhia através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Subscrição e das autoridades regulamentares, visando manter o equilíbrio do negócio e evitando a absorção de riscos indesejáveis. **Análise de Sensibilidade:** Com o objetivo de monitorar os impactos dos principais fatores de risco de subscrição sobre o Resultado e Patrimônio Líquido, a Seguradora efetua uma análise de sensibilidade de cada um desses fatores, observando o efeito de sua variação positiva ou negativa, isoladamente, na projeção do passivo, tomando por base o determinado pela Circular SUSEP nº 517/2015, em seu art. 156, inciso XI, alínea e. Quanto a variação da Taxa de Juros e Inflação, destacamos que não são esperados impactos relevantes no Resultado ou Patrimônio Líquido da empresa, em função da adoção de práticas de gerenciamento do Ativo compatíveis com o comportamento projetado do Passivo (*ALM - Asset and Liability Management*), em termos de indexadores, taxas de juros e prazos, de modo a gerar um fluxo de caixa que garanta a liquidez e rentabilidade necessárias. Com isso, as variações negativas das taxas de juros, que elevariam o Passivo, são refletidas de forma positiva na mais-valia dos Ativos, sendo tal valor deduzido do fluxo do Passivo, levando a efeito final nulo. Continuamente, a alocação dos ativos é monitorada e revista, tendo em consideração as variações nos cenários econômicos e premissas da projeção do passivo. Abaixo apresentamos os resultados das demais variáveis:

Variável	2019		Resultado (LAIR)	Patrimônio Líquido
	Premissa de Sensibilidade	Valor		
Sinistralidade	10%	19.589	38,44%	6,08%
Sinistralidade	(10%)	(19.589)	(38,44%)	(6,08%)
Conversão	10%	12.001	23,55%	3,73%
Conversão	(10%)	(13.039)	(25,59%)	(4,05%)
Cancelamento	10%	(5.907)	(11,59%)	(1,83%)
Cancelamento	(10%)	4.980	9,77%	1,55%
Sobrevivência	10%	9.408	18,46%	2,92%
Sobrevivência	(10%)	(8.233)	(16,16%)	(2,56%)

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período. **IV. Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Prêmios a Receber", "Títulos e créditos a receber", "Assistência financeira à participante", "Outros créditos". São ativos financeiros mensurados inicialmente a valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por redução ao valor recuperável. **3.3 - Redução ao valor recuperável (Impairment):** **3.3.1 - Ativos financeiros:** A Administração da Seguradora realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Seguradora em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Com exceção dos ativos relacionados à Assistência Financeira à Participantes, os Prêmios a Receber e Créditos a Receber de Órgãos Consignantes, a Seguradora não possui estudo técnico para os demais ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor, exceto para créditos com resseguradoras referentes à restituição de sinistros pagos, cujo prazo é de 180 dias a partir do registro do crédito. **3.3.2 - Prêmios a receber:** A Seguradora realizou estudos técnicos de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber, utilizando como base para o estudo, os relatórios oficiais para verificar o histórico de perdas e seus riscos de inadimplência. O período de recálculo do referido estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade do mesmo é mensal. A metodologia do estudo técnico de redução ao valor recuperável de prêmios a receber utilizou como base o prazo para efetivação do recebimento dos prêmios a receber, considerando a emissão do risco *vis-à-vis* seu mês de recebimento sobre o total de prêmios a receber. A Seguradora concluiu, com base no estudo realizado, que o risco de inadimplência dos prêmios a receber é de 7,04% (6,59 % em 2018). **3.3.3 - Assistência financeira:** Para os ativos relacionados à assistência financeira à Participantes a Seguradora realizou estudo para identificar o prazo para efetivação do recebimento das prestações considerando seu vencimento (periodicidade mensal), comparando seu mês de vencimento e mês de recebimento. A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade da mesma é mensal. Os valores recebidos referentes a parcelas vencidas há mais de 30 dias são inexpressíveis dentro do universo apurado. Logo, com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constituiu redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 30 dias. Para os valores vencidos até 30 dias e os vencidos, a metodologia utilizada pela Seguradora foi a segregação da carteira de assistência financeira em duas safras: contratos concedidos anteriores a outubro/2015 (Safra I) e contratos concedidos posteriores a outubro/2015 (Safra II). Este critério é decorrente da observação do cenário de inadimplência. A Seguradora observou que há volatilidades em relação ao período (safra) de concessão. Considerando estes cenários, e tomando por base os recebimentos ocorridos nos últimos 18 meses, foram calculados os percentuais médios de recebimento, e ainda, a tendência de recebimento para o próximo período, utilizando-se como premissa para constituição da redução ao valor recuperável o menor percentual de recebimento dos dois cenários. Abaixo o resumo dos critérios utilizados:

Vencimento	Percentuais de constituição da redução ao Valor Recuperável de Assistência Financeira	
	Safra I (*)	Safra II (**)
Parcelas vencidas há mais de 30 dias	100%	100%
Parcelas vencidas entre 0 e 30 dias e vencidas (**)	100%	1,42%

(*) Entende-se por "Safra I" as assistências financeiras concedidas até outubro/2015, e, "Safra II" as assistências financeiras concedidas a partir de outubro/2015. (**) Em 2018 o percentual de constituição de Redução ao Valor Recuperável é de 0,96%. **3.3.4 - Créditos a receber de órgãos consignantes:** Em 2019, a Seguradora realizou o estudo de inadimplência dos Títulos de Créditos a Receber dos contratos com órgãos consignantes. Para os ativos relacionados à órgãos consignantes a Seguradora realizou estudo para identificar o mês de vencimento dos recebíveis *vis-à-vis* seu mês de recebimento. A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade da mesma é mensal. Com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constituiu redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 90 dias. Na amostra foi observado que os órgãos federais possuem zero por cento de inadimplência. Para os demais órgãos foi observada uma inadimplência de 1,61%. Além disso, a Seguradora realizou de forma conservadora o estudo do *rating* dos órgãos vinculados as Unidades Federativas através do portal do Tesouro Nacional Transparente e com base nos resultados apresentados de capacidade de pagamento (CAPAG) foi atribuído percentuais de agravo de inadimplência a cada Unidade Federativa. **3.3.5 - Ativos classificados como disponíveis para venda:** Ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. **3.4 - Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar:** Decorrem diretamente das operações da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A sujeitos a redução ao valor recuperável, quando aplicável. **3.5 - Assistência financeira a participantes:** Corresponde à assistência financeira concedida a titular de plano de previdência conforme previsto na Circular SUSEP nº 320/2006, alterada pela Circular nº 423/2011. Os rendimentos pré-fixados de competência de exercícios futuros, demonstrados em conjunto com o valor principal das operações de crédito e apresentados como redução dos ativos correspondentes. **3.6 - Custos de aquisição diferidos:** Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a gastos em que é possível estabelecer uma relação direta e incremental com uma apólice específica. As comissões relativas à comercialização de apólices e bilhetes de seguros, são apropriadas ao resultado como despesa na mesma proporção em que são reconhecidas as receitas de acordo com vigência do risco relacionadas às respectivas apólices e bilhetes. **3.7 - Investimentos:** As participações societárias estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, e deduzidos, quando houver, de provisão para desvalorização. **3.7.1 - Redução ao valor recuperável:** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e revertida se houver mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **3.8 - Imobilizado:** Compreendem equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Seguradora. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12. **3.9 - Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as

perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. **3.10 - Redução ao valor recuperável (Impairment).** **3.10.1 - Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.11 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada a cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social (em 2018, a alíquota vigente era de 20%, de acordo com a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015). A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Seguradora espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **3.12 - Provisões técnicas:** As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cuja metodologia de cálculo é descrita em nota técnica atuarial (NTA) do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações). As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. **3.12.1 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base no IPC-M da Fundação Getúlio Vargas ou IPC-A do IBGE, de acordo com o indexador aprovado nos produtos. **3.12.2 - Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC):** A provisão matemática de benefícios a conceder, relativa aos planos de previdência complementar

Previdência:

Plano	Processo SUSEP	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máx.	Indexador
Pecúlio Individual por Morte	15414.000797/2008-16	Repartição Simples	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.001146/2008-43	Capitalização	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.901355/2017-80	Capitalização	AT 83 M	4% aa	5%	IPCA

Seguros:

Plano / Produto	Processo Susep	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Indexador
Prestamista	15414.000097/2008-21	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
API - Bilhete Premiável	15414.900764/2013-35	Repartição Simples	-	-	IPCM
Acidente Pessoal Coletivo	001-01947/93	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Especial	15414.000129/2004-65	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Prazo Certo	15414.000149/2009-41	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Proteção Corporativa	15414.001215/2008-19	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Capital Global	15414.002496/2008-27	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Escolar	15414.001880/2008-11	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Vip Mais	15414.004417/2007-31	Repartição Simples	-	-	IPCM
Vida em Grupo	001-03150/90	Repartição Simples	-	-	IPCM
Seguro de Pessoas Flexível	15414.004510/2012-11	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
Viva Flex - Capital Global	15414.005052/2008-43	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Faixa Etária Viva Flex	15414.004535/2007-40	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Taxa Média Viva Flex	15414.004708/2007-20	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM

3.12.12 - Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT): A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras. As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 5 (cinco) anos. Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O teste de adequação dos passivos, realizado em 31 de dezembro de 2019, indicou a necessidade de uma reversão da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$ 682, (reversão de R\$ 4.597 em 2018).

Teste de Adequação do Passivo (TAP)	2020	2019
a) taxa de juros contratada para ativos e passivos	De acordo com a Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP	
b) taxa de juros esperada para os ativos	Projeção da SUSEP (ETTJ) BR-EMS	
c) tábua biométrica	Observação histórica dos 12 últimos meses	
d) sinistralidade	Cálculos Brutos de Resseguro	

3.13 - Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistência financeira que ainda se encontram em processo de reclassificação. **3.14 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais: Ativos contingentes:** reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora; **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora; **Obrigações legais - fiscais:** decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é realizada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora. **3.15 - Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; as ações de natureza trabalhista; e as ações de natureza tributária são realizadas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos, nos seguintes termos: O risco dos processos é inicialmente classificado com probabilidade de perda remota e, em havendo decisão em 1ª instância desfavorável a Companhia o processo passa a ser classificado como possível e; na hipótese de derrota da Companhia em 1ª e 2ª instâncias, visto que a possibilidade de reverter o quadro desfavorável é pequena, os processos passam a ser classificados como prováveis. A Contabilização destas provisões de ações judiciais são realizadas nas rubricas Provisões Judiciais, no passivo não circulante, e são considerados os valores atuais estimados em risco das ações judiciais. Os depósitos judiciais não relacionados a conteúdo tributário são contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não

5 - Aplicações Financeiras

Em 2019:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado			321.895	321.895	28,79%
Fundos de Investimentos	1	-	137.109	137.109	12,26%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	23.106	23.106	2,07%
Fundos de Investimentos - DPVAT	-	-	109.461	109.461	9,79%
Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	52.219	52.219	4,67%
II- Disponível para venda			17.678	17.678	1,58%
Ações	-	-	4	4	0,00%
NTN-B (*)	1	-	17.674	17.674	1,58%
III- Mantido até o Vencimento (**)			778.710	924.074	69,63%
NTN-B	1	De 5,02% a 6,23% + IPCA	656.018	787.448	58,66%
Debênture CDI	2	100% CDI	5.165	5.169	0,46%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	2.176	2.391	0,19%
CRI	2	IGPM + 7,83%	527	527	0,05%
LF CDI	1	De 104,5% CDI a 106,5% CDI	43.281	43.282	3,87%
LF IPCA	1	De 4,76% a 7,50% + IPCA	71.543	85.257	6,40%
			1.118.283	1.263.647	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 17.679 em 2019. (**) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

aberta nas modalidades de contribuição variável ou contribuição definida, representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, especialmente constituídos para esse fim, ou acrescidas da remuneração garantida prevista na NTA do plano. A provisão matemática de benefícios a conceder, relacionada aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representa a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.12.3 - Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBAC):** A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **3.12.4 - Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar, contabilizada no passivo circulante, corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data base das demonstrações financeiras. A baixa das reservas técnicas ocorre pelo efetivo recebimento da indenização pelo segurado ou beneficiário. **3.12.5 - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR):** A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativo a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses. **3.12.6 - Provisão de prêmios não ganhos (PPNG):** A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método *pro rata die*, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) com base no histórico de atraso na emissão de prêmios. **3.12.7 - Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Em substituição às Provisões de Insuficiência de Contribuições/Prêmios (PIC/PIP), que foram extintas, essa provisão foi instituída na publicação da Circular SUSEP nº 462/2013 (posteriormente revogada pela Circular SUSEP nº 517/2015). **3.12.8 - Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. **3.12.9 - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora. **3.12.10 - Salvados e Ressarcidos:** A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos. **3.12.11 - Tábuas, Taxas de Carregamento e Taxas de Juros dos Principais Produtos Comercializados:**

circulante, e são atualizados monetariamente pelo IPC-M; As provisões de ações judiciais de conteúdo tributário, seja de contribuições ou outras obrigações de natureza fiscal são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas avaliações dos advogados internos e externos que trabalham com a Gerência Jurídica da Seguradora e da Administração, especialmente quanto ao provável resultado dos processos judiciais. Estas provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados pela SELIC. **3.16 - Operações com o seguro DPVAT:** As operações com o seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, conforme determinação da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações, são contabilizadas com base nas informações emitidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, administradora do consórcio DPVAT. **3.17 - Classificação no circulante e não circulante:** A Seguradora procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **3.17.1 - Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante. **3.17.2 - Demais ativos e passivos circulante e a longo prazo:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e quando necessário, reduzidos ao seu valor recuperável. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e encargos correspondentes. **3.18 - Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro, de acordo com CPC 11, é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado. A Administração analisou suas operações para determinar quais delas caracterizam-se como "contrato de seguro", e concluiu que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro" de acordo com o CPC 11. **3.18.1 - Mensuração dos contratos de seguro:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são formalizados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs, conforme descrito na nota explicativa nº 3.12. **3.19 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: • Para os produtos de risco o fato gerador da receita é a emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro; • Para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

4 - Instrumentos Financeiros
4.1 - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Seguradora utiliza diversos instrumentos financeiros para a gestão dos seus recursos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou no vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

Em 2018:	Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria	2019	2018
I- Valor justo por meio do resultado				327.601	327.601	29,95%		
Fundos de Investimentos	1		-	129.145	129.145	11,81%	450	450
Fundo de Investimento Exclusivo	1		-	21.285	21.285	1,95%	10.922	10.922
Fundos de Investimentos - DPVAT	1		-	110.582	110.582	10,11%	(10.922)	(10.922)
Letras Financeiras do Tesouro	1		100% SELIC	66.589	66.589	6,09%	450	450
II- Disponível para venda				34	34	0,00%		
Ações	-		-	34	34	0,00%		
III- Mantido até o vencimento (*)				766.113	803.254	70,05%		
NTN-B	1		De 5,02% a 6,23% + IPCA	633.048	666.113	57,89%		
Debênture CDI	2		100% CDI	5.182	5.199	0,47%		
Debênture IPCA	1		IPCA + 6%	2.097	2.073	0,19%		
CDB CDI	2		103% CDI	11.297	11.299	1,03%		
CRI	2		IGPM + 7,83%	520	520	0,05%		
RDB	2		100% CDI	7.962	7.963	0,73%		
LF CDI	1		De 104,5% CDI a 106,5% CDI	40.964	41.008	3,75%		
LF IPCA	1		De 4,76% a 7,50% + IPCA	65.043	69.079	5,95%		
				1.093.748	1.130.889	100,00%		

(*) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva". As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 2019:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	160.215	-	-	-	160.215
Fundos de Investimentos DPVAT	109.461	-	-	-	109.461
Ações	4	-	-	-	4
Letras Financeiras do Tesouro	52.219	-	-	-	52.219
NTN-B	17.674	-	162.690	493.328	673.692
CRI	-	-	-	527	527
Debêntures	-	5.165	2.176	-	7.341
LF	-	23.645	27.905	63.274	114.824
	339.573	28.810	192.772	557.128	1.118.283

Em 2018:	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimentos	150.430	-	-	-	150.430
Fundos de Investimentos DPVAT	110.582	-	-	-	110.582
Letras Financeiras do Tesouro	66.589	-	-	-	66.589
Ações	34	-	-	-	34
NTN-B	-	-	91.470	541.578	633.048
Debêntures	-	-	5.182	2.097	7.279
CDB	-	11.297	-	-	11.297
CRI	-	-	-	520	520
RDB	-	7.962	-	-	7.962
LF	-	16.408	32.087	57.512	106.007
	327.635	35.667	128.739	601.707	1.093.748

5.1 - Movimentação das Aplicações Financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 2017	399.191	2.273	686.790	1.088.254
Aplicação	268.143	-	112.160	380.303
Resgate	(367.111)	(2.201)	(100.773)	(470.085)
Rendimentos	27.378	(38)	67.936	95.276
Saldo em 2018	327.601	34	766.113	1.093.748
Aplicação	261.820	17.661	17.000	296.481
Resgate	(293.288)	(26)	(73.279)	(366.593)
Rendimentos	25.762	15	68.876	94.653
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(6)	-	(6)
Saldo em 2019	321.895	17.678	778.710	1.118.283

6 - Prêmios a Receber

6.1 - Movimentação dos prêmios a receber

	2019	2018
Saldo Inicial	6.918	7.231
Prêmios Emitidos	121.194	100.660
Prêmios Cancelados	(11.347)	(10.008)
Recebimentos	(109.350)	(90.965)
Saldo final	7.415	6.918
IOF sobre Prêmios Emitidos	27	-
Saldo Final	7.442	6.918
Redução ao valor recuperável (a)	(522)	(456)
	6.920	6.462

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.2.

6.2 - Aging de Prêmios a receber

Vencidos	2019	2018
De 1 a 30 dias	1.331	919
De 31 a 60 dias	418	837
De 61 a 90 dias	-	94
	1.749	1.850

A vencer

De 1 a 30 dias	2019	2018
	5.693	5.068
	5.693	5.068
	7.442	6.918

7 - Créditos das Operações com Previdência Complementar

A composição da rubrica valores a receber está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Contribuições riscos vigentes não recebidos	1.488	1.119
	1.488	1.119

A movimentação dos créditos das operações de previdência complementar relacionadas as Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos está demonstrada conforme a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	1.119	1.292
Emissão	271.329	266.814
Recebimentos	(263.761)	(259.674)
Cancelamento	(4.706)	(4.940)
Restituição	(2.493)	(2.373)
Saldo final	1.488	1.119

7.1 - Aging de Contribuições a receber

Vencidos	2019	2018
De 1 a 30 dias	961	638
De 31 a 60 dias	527	481
	1.488	1.119

8 - Títulos e Créditos a Receber:

8.1 - Títulos e Créditos a Receber

	2019	2018
Créditos a receber de Órgão Consignante	22.581	21.045
Direitos resultantes da venda de imóveis	354	354
Aluguéis a receber	134	134
Dividendos e JCP a receber	844	442
Outros créditos a receber	478	457
Redução ao valor recuperável (a)	(3.015)	(1.885)
	21.376	20.547

(a) Os critérios de constituição da redução ao valor recuperável dos créditos a receber de órgãos consignantes estão definidos na nota explicativa 3.3.4.

8.2 - Créditos Tributários e Previdenciários:

Os créditos tributários são decorrentes de pagamento indevido ou a maior, saldo negativo e créditos tributários de diferenças temporárias, e estão sendo demonstrados a seguir:

	2019	2018
Circulante:		
IRPJ a compensar	165	78
CSLL a compensar	73	23
Antecipação de IRPJ	12	-
Outros créditos	15	4
Total do Circulante	265	105

11 - Investimentos

11.1 - Participações societárias

Investimentos	Quantidade de ações/quotas	% de participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do Período	Investimento 2019	Investimento 2018	Resultado Patrimonial 2019	Resultado Patrimonial 2018
Capemisa Capitalização S.A.	15.914.000	99,2459%	16.759	24.364	4.150	24.180	20.553	4.118	1.863
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,5136%	270.797	291.963	33.571	255	242	16	395
Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.	135.345.667	40,54%	135.346	123.909	-	51.224	51.224	-	-
Redução ao valor recuperável						(51.224)	(51.224)	-	-
Total						24.435	20.795	4.134	2.258

• **Capemisa Capitalização S/A** - Constituída em 19 de abril de 2011, com capital social de R\$ 16.759, dividido em 15.914.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,2459% das ações. A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional. Em 2018, a Seguradora realizou a subscrição de capital na investida Capemisa Capitalização no montante de R\$ 3.501, que encontrava-se em aprovação pelo Órgão regulador. O montante do referido aporte corresponde a 2.714.000 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 2019, através da Portaria nº 45, de 03 de maio de 2019, a SUSEP aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2018. • **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**: A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 064/2018, a Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder - DPVAT, o que corresponde a 1,51357% (em 2018) do capital da referida companhia. • **Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.**: A investida possui o montante de 135.345.667 quotas. A Capemisa Seguradora realizou a integralização de R\$ 54.863 referente a 54.862.506 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. O Conselho de Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A decidiu pela dissolução

parcial da U9A, com a retirada da companhia da sociedade. Diante das inúmeras tentativas frustradas de promover a sua retirada do quadro de sócios da U9A, com a celebração da alteração de contrato social correspondente, Capemisa Seguradora, em 2017, promoveu a notificação extrajudicial da U9A e de seus demais sócios, formalizando o seu legítimo interesse em retirar-se daquela sociedade e requerendo a adoção das medidas necessárias para tanto, e estuda as alternativas cabíveis para a defesa de seus interesses e atingimento do seu objetivo. Sendo assim, considerando-se que, em 2015 e nas circunstâncias atuais: (i) não é possível determinar o montante a ser ressarcido à Capemisa Seguradora no processo de dissolução parcial da U9A e (ii) U9A não apresenta expectativa de geração futura de caixa, a administração da Capemisa Seguradora decidiu manter a provisão para perda de 100% (cem por cento) do valor do investimento, no montante de R\$ 51.224, realizado em 2015 em contrapartida da conta de outros investimentos - redução ao valor recuperável, daquele exercício. Tão logo o processo de apuração dos haveres da Capemisa Seguradora na U9A seja concluído, a Capemisa Seguradora reavaliará a necessidade da manutenção ou não da referida provisão.

11.2 - Imóveis destinados a renda e outros investimentos: O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Propriedade para investimento	450	450
Empreendimento imobiliário (i)	10.922	10.922
Redução ao valor recuperável (i)	(10.922)	(10.922)
	450	450

i) Empreendimento imobiliário: Em 2005, a Cosil Construções e Incorporações Ltda. (Sócia Ostensiva) celebrou com a Capemisa Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios Beneficente (Sócia Participante) contrato de Sociedade em Conta de Participação, referente aos imóveis situados na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Alameda São Caetano nºs 285, 295, 301, 307, 315 e 325. A Capemisa fez um aporte, na ocasião, de R\$ 5.304. Em 2008 foi celebrado o 1º aditivo ao contrato, passando a figurar como Sócia Participante a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. Em 2009 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato, no qual alterou-se o empreendimento imobiliário objeto do contrato (imóvel localizado na Rua Jornalista Paulo Costa nº 555, com frente também para a Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju/SE), bem como o valor do aporte da Sócia Participante de R\$ 7.741. Por força do 3º aditivo ao contrato, alterou-se novamente o empreendimento imobiliário objeto do contrato, passando a Seguradora a ser sócia participante de Sociedade em Conta de Participação referente ao empreendimento denominado "Cenário Atalaia". O 3º aditivo foi firmado em 2012, com aporte no valor de R\$ 7.741 e remuneração mínima de 8,5% ao ano mais a variação da TR ao mês até a data do efetivo pagamento pela sócia ostensiva. Em 2016, foi celebrado um aditivo contratual entre a Seguradora e a sócia ostensiva do empreendimento, que redefiniram cláusulas do contrato firmado anteriormente. Em 2017, a sócia ostensiva do empreendimento descumpriu o aditivo contratual ocasionando atraso no pagamento da parcela. Por esta razão, considerando que não é possível determinar se haverá geração futura de caixa para o referido empreendimento, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável na totalidade do ativo no montante de R\$ 10.922. No primeiro semestre de 2018, foi deferida a recuperação judicial da sócia ostensiva. A Administração da Seguradora contratou escritório de advocacia especializado, o qual está adotando as medidas judiciais cabíveis para a habilitação do crédito detido pela Companhia no plano de recuperação apresentado pela sócia ostensiva, buscando reaver, ainda que parcialmente, o investimento realizado. No exercício de 2019, não tivemos modificações relevantes para o cenário apresentado no exercício anterior.

12 - Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 2018	Aquisição	Baixa	Saldo em 2019
Terrenos	-	794	-	-	794
Edificações	4% a.a.	974	-	-	974
Equipamentos	10% a.a.	11.629	47	(4.108)	7.568
Móveis, máquinas e utensílios	10% a.a.	3.905	30	(258)	3.677
Veículos	20% a.a.	262	-	(7)	255
Outras imobilizações (*)		1.026	68	(285)	809
		18.590	145	(4.658)	14.077
Depreciação/ Amortização Acumulada		(13.608)	(1.490)	4.437	(10.661)
		4.982	(1.345)	(221)	3.416

(*) As taxas de depreciação de outras imobilizações são parametrizadas com base nos contratos firmados.

13 - Intangível

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 2018	Aquisição	Baixa	Transferência	Saldo em 2019
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	-	505	32	(273)	(12)	252
Direito de uso de exclusividade (*)	4% a.a.	3.000	-	-	-	3.000
Intangíveis	10% a.a.	12.665	1.017	(565)	12	13.129
		16.170	1.049	(838)	-	16.381
Amortização Acumulada		(10.215)	(1.598)	704	-	(11.109)
Amortização Acumulada direito de uso de exclusividade		(383)	(367)	-	-	(750)
Amortização Acumulada Redução ao valor recuperável (**)		(150)	(1.517)	-	-	(1.667)
		5.422	(2.433)	(134)	-	2.855

(*) Refere-se ao direito de exclusividade para uso do balcão, conforme parceria assinada ao final de 2017 e no segundo semestre de 2018. A amortização se dá pelo método linear ao longo do prazo do contrato, que é de 5 anos.
 (***) Em 30.06.2019, foi feita a avaliação do *impairment* do intangível. A administração identificou a necessidade da realização da redução ao valor recuperável do direito de exclusividade da parceria realizada no segundo semestre de 2018 no valor de R\$ 1.517, tendo em vista que não estavam sendo gerados os fluxos de caixa esperados com base no contrato realizado.

14 - Obrigações a pagar

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Dividendos e JCP a pagar	10.711	7.157
Fornecedores	5.844	5.559
Participação nos lucros a pagar	2.084	2.217
Pagamentos a efetuar e Outras obrigações a pagar	627	469
Remunerações a pagar	11	12
	19.277	15.414

15 - Impostos e encargos sociais a recolher:

O saldo está

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

	2019	2018
De 01 a 30 dias	21.299	21.180
De 31 a 60 dias	206	528
De 61 a 120 dias	277	2.526
De 121 a 365 dias	645	376
Mais de 365 dias	2.122	572
	24.549	25.182

21 - Provisões Técnicas:

21.1 - Seguros Danos (DPVAT): A Seguradora apropria mensalmente, com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, as provisões técnicas para o ramo DPVAT. Os saldos das provisões técnicas do DPVAT são compostos como segue:

	2019	2018
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativas	1.760	2.309
Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais	9.100	9.656
IBNR	97.334	98.081
PDA	1.095	458
	109.289	110.504

21.1.1 - Sinistros Judiciais - Prazo Médio Pendente de Pagamento DPVAT: Abaixo apresentamos os sinistros judiciais segregados por faixas de idade (*aging list*), referentes ao convênio DPVAT:

Faixa (Anos)	2019		2018	
	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade
0 - 1	5.340	2.328	2.980	1.338
1 - 2	1.377	605	2.481	1.132
2 - 3	812	362	1.458	667
3 - 4	524	237	1.013	466
4 - 5	343	150	643	292
Acima de 5	704	245	1.081	414
Total	9.100	3.927	9.656	4.309

21.2 - Movimentação das provisões técnicas - Seguros Pessoas

Movimentação das Provisões Técnicas	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNR	PMBAC	PVR	Total
Saldos em 2017	1.249	174	26.381	17.316	5	-	45.125
Constituição	534	60	4.120	7.085	-	5	11.804
Reversão	(350)	(70)	(14.065)	(5.909)	(5)	-	(20.399)
Juros e Atualização Monetária	-	-	392	-	-	-	392
Saldos em 2018	1.433	164	16.828	18.492	-	5	36.922
Constituição	673	11	7.881	5.750	-	1	14.316
Reversão	(400)	(124)	(6.587)	(8.587)	-	(4)	(15.702)
Juros e Atualização Monetária	-	-	1.218	-	-	-	1.218
Saldos em 2019	1.706	51	19.340	15.655	-	2	36.754

21.3 - Movimentação das provisões técnicas - Previdência Complementar:

Movimentação das Provisões Técnicas	PMBaC	PMBC	PPNG	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	Total
Saldos em 2017	325.562	241.540	6.803	6.200	11.758	35.596	1.536	137.392	766.387
Constituição	11.495	98	1.530	256	2.501	24.876	182	4.023	44.961
Reversão	(23.931)	(40.882)	(1.429)	-	(2.096)	(15.440)	(32)	(8.620)	(92.430)
Juros e Atualização Monetária	33.227	23.002	-	-	-	10	-	-	56.239
Saldos em 2018	346.353	223.758	6.904	6.456	12.163	45.042	1.686	132.795	775.157
Constituição	5.704	768	1.590	255	7.505	24.172	1.447	4.090	45.531
Reversão	(22.073)	(15.899)	(1.417)	(11)	(2.128)	(18.217)	-	(4.771)	(64.516)
Juros e Atualização Monetária	34.598	22.073	-	-	-	(95)	-	-	56.576
Saldos em 2019	364.582	230.700	7.077	6.700	17.540	50.902	3.133	132.114	812.748

21.4 - Desenvolvimento de Sinistros: A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Previdência	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019
Avisados (Até)				
No ano do evento	110.478	90.588	101.087	94.695
Após um ano	9.614	9.830	8.533	-
Após dois anos	251	479	-	-
Após três anos	329	-	-	-

Pagamentos	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019
No ano do evento	85.337	76.184	83.165	78.391
Após um ano	24.198	21.268	21.404	-
Após dois anos	930	1.274	-	-
Após três anos	515	-	-	-

Valores Brutos de Resseguro

Seguros	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019
Avisados (Até)				
No ano do evento	50.167	50.822	29.086	36.330
Após um ano	15.103	10.444	8.689	-
Após dois anos	3.426	1.757	-	-
Após três anos	1.083	-	-	-

Seguros	Posição em 31/12/2019			
	Ocorrência entre 12/2015 e 12/2016	Ocorrência entre 12/2016 e 12/2017	Ocorrência entre 12/2017 e 12/2018	Ocorrência entre 12/2018 e 12/2019
Pagamentos				
No ano do evento	38.210	37.225	20.254	21.267
Após um ano	16.029	10.917	7.432	-
Após dois anos	1.573	1.371	-	-
Após três anos	764	-	-	-

Valores Brutos de Resseguro

22 - Outros débitos - circulante e não circulante: As rubricas "Provisões Judiciais" e "Outros Débitos" estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações fiscais (a)	1.269	3.227	5.341	5.269
Provisões trabalhistas (b)	-	-	275	1.312
Provisões cíveis (b)	-	-	25.212	21.076
Outras provisões (b)	-	-	99.655	96.212
	1.269	3.227	130.483	123.869

a- Obrigações fiscais: A Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, instituiu o Programa de Regularização Tributária (PRT) destinado à regularização de débitos tributários provenientes de débitos vencidos até 30 de novembro de 2016, constituídos ou não, provenientes de parcelamentos, lançamentos de ofício efetuados após 30 de novembro de 2016, débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), os quais poderiam ser pagos nas diversas modalidades de pagamento previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017. O PRT prevê a possibilidade de quitação de débitos com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) existentes até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016. Para liquidação sob essa forma, os créditos tributários podem ser do próprio contribuinte, ou do responsável tributário ou corresponsável pelo respectivo débito, bem como de empresa controladora e controlada de forma direta ou indireta ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nessa condição até a data da opção pela liquidação. A Seguradora aderiu ao PRT em 23 de maio de 2017, com o objetivo de liquidação dos seguintes débitos tributários: (i) parcelamentos vinculados a débitos de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$ 28.909; (ii) débitos relacionados a tributos federais, com desfecho desfavorável à Companhia em exercícios anteriores, no montante de R\$ 16.322; e (iii) débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - Refis (Lei nº 12.996/2014), no montante de R\$ 1.248. A modalidade de pagamento adotada pela Companhia foi a liquidação de 24% do valor da dívida consolidada, em 24 prestações mensais e sucessivas; e a liquidação do valor remanescente através da utilização de créditos próprios de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, sob as alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. O montante total das obrigações incluídas no PRT, na data de adesão, foi de R\$ 46.479, sendo: (i) o valor de R\$ 11.155, a ser liquidado em 24 parcelas de R\$ 465, atualizadas mensalmente pela Taxa Selic; e (ii) o valor de R\$ 33.324, a ser liquidado através de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL. Em 30.06.2019 a Seguradora liquidou todo o saldo devedor do PRT (R\$ 2.074 em 2018). • COFINS - Refere-se ao débito de COFINS junto à Receita Federal do Brasil (RFB). O saldo do referido débito é de R\$ 6.316 (R\$ 6.177 em 2018). • Em 2019 a Seguradora possui obrigações municipais no montante de R\$ 293 (R\$ 29 em 2018), e em 2018 existiam outros parcelamentos no montante de R\$ 216 com a Receita Federal do Brasil que foram integralmente quitados em 2019. **b- Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis:** Abaixo apresentamos a movimentação das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Novas provisões/					
	Saldo em 2018	Incremento	Pagamento	Reversões	Atualização	Saldo em 2019
Outras provisões	96.212	7	(7)	-	3.443	99.655
Trabalhistas	1.312	811	(967)	(1.030)	149	275
Cíveis	21.076	14.202	(10.228)	(3.337)	3.499	25.212
Total	118.600	21.759	(17.941)	(4.448)	7.172	125.142

Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

Processos	Expectativas de Perdas			
	Prováveis		Possíveis	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Outras provisões	99.655	99.655	-	-
Trabalhistas	275	275	284	-
Cíveis	25.212	25.212	6.347	-
Total	125.142	125.142	6.631	-

Processos	Expectativas de Perdas			
	Prováveis		Possíveis	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Outras provisões	96.212	96.212	-	-
Trabalhistas	1.312	1.312	925	-
Cíveis	21.076	21.076	7.730	-
Total	118.600	118.600	8.655	-

As naturezas dos processos assim estão resumidas: • **Outras provisões:** Em setembro de 2019, a Justiça Federal julgou improcedente o pedido de declaração de inexistência de obrigatoriedade de recolhimento da COFINS sobre receitas operacionais. O pedido da Seguradora pleiteava ainda, a devolução de todos os valores recolhidos sob tal título, após a entrada em vigor da Lei nº 9.718/98, via compensação ou restituição. Ainda em setembro de 2019, a Seguradora ingressou com embargos de declaração rejeitados pelo juízo competente. Interposto o recurso de apelação, permanecemos no aguardo do julgamento. Os advogados externos da Seguradora opinam que as chances de perda da causa relacionada a COFINS são prováveis. Por se tratar de obrigação legal todos os valores concernentes a causa já se encontram integralmente provisionados e depositados judicialmente. • **Trabalhistas:** O montante de R\$ 275 (R\$ 1.312 em 2018), classificado como perda provável, R\$ 284 (R\$ 925 em 2018), classificado como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações. • **Cíveis:** Os montantes de R\$ 25.212 (R\$ 21.076 em 2018), classificado como perda provável, R\$ 6.347 (R\$ 7.730 em 2018), classificado como perda possível, versam sobre ações onde os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de

seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Os processos com possibilidade de perda possível tratam de demandas onde a Capemisa foi derrotada em 1ª instância, porém recorreu e aguarda julgamento do recurso. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas onde a Capemisa foi derrotada em 1ª e 2ª instâncias e a possibilidade de reverter o quadro desfavorável é pequena, ou, ainda, quando a Companhia desiste, em qualquer que seja a instância, da interposição de recursos, por entender que a chance de reversão da decisão desfavorável é remota.

23 - Aposentadorias e Pensões

O fundo de pensão fechado, o qual a Seguradora é patrocinadora, administra dois planos de benefício: **Benefício Definido** - Os regimes financeiros adotados para determinação do custeio de plano, são de capitalização para as aposentadorias e pensões por morte e de repartição simples para os benefícios de auxílio-doença. Em 11 de outubro de 2017, conforme portaria PREVIC nº 986, foram aprovadas as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício FUCAP e o saldamento do Plano BD autorizado, gerando ajustes nas provisões matemáticas admitindo a manutenção do Plano Benefício para o saldamento e as alterações a serem implementadas a partir de 1º de janeiro de 2018, como por exemplo, a suspensão das contribuições dos participantes e dos patrocinadores. Os ativos do plano de benefício definido saldado encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa, renda variável e empréstimos aos participantes no montante de R\$ 235.849 (R\$ 232.628 em 2018). A posição patrimonial do plano é de R\$ 237.160 (R\$ 233.783 em 2018), apresentando Superávit no exercício na ordem de R\$16.374 (Déficit na ordem de R\$ 9.057 em 2018). As provisões matemáticas montaram em R\$ 215.957 (R\$ 213.104 em 2018), contemplando as reservas de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 179.500 (R\$ 176.002 em 2018), Benefícios a Conceder no valor de R\$ 36.457 (R\$ 37.102 em 2018). **Contribuição Definida** - A Capemisa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida cujo instituidor é a Associação Clube Salutar e a administração é do Fundo de Pensão Capemi - FUCAP. Os recursos financeiros acumulados ao longo da carreira profissional do participante, mediante o pagamento das suas próprias contribuições e as contribuições patronais na paridade de um para um, são investidos em Fundos de Renda Fixa que cobrem integralmente as obrigações atuariais do plano. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 1.488 (R\$ 1.332 em 2018). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e montam em R\$8.539 (R\$ 5.357 em 2018). A posição patrimonial do plano é de R\$8.751 (R\$ 5.504 em 2018). As provisões matemáticas montaram em R\$8.673 (R\$ 5.417 em 2018), contemplando as reservas de Benefícios a Conceder no valor de R\$8.673 (R\$ 5.417 em 2018) e o Fundo Administrativo de R\$79 (R\$87 em 2018).

24 - Garantia das provisões técnicas

A Seguradora possui os ativos discriminados a seguir:

	2019	2018
DPVAT	109.288	110.503
Renda Fixa	842.341	802.253
Renda Variável	4	34
Outros	1.176	22.456
Total dos Ativos Oferecidos em Cobertura	952.809	935.246

A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 87.220 (R\$ 103.897 em 2018).

25 - Principais Ramos de Atuação

A Seguradora vem operando com os ramos de seguros cujos Prêmios Ganhos e os índices dos seus principais carregamentos são discriminados a seguir:

Ramos	2019			2018		
	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões
88 DPVAT	12.557	77%	0%	28.314	81%	1%
29 Auxílio Funeral	14.394	68%	22%	12.761	64%	23%
77 Prestamista	9.972	1%	1%	6.529	6%	1%
82 AP - Coletivo	48.421	15%	42%	40.927	19%	38%
84 Doenças Graves	7.096	27%	23%	6.474	32%	23%
93 VG	26.574	44%	23%	25.999	46%	24%
87 Desemprego	289	126%	38%	631	-7%	11%
90 Eventos Aleatórios	510	8%	34%	528	-351%	41%
81 AP - Individual	2.431	40%	45%	1.631	-14%	39%

26 - Patrimônio Líquido

26.1 - Capital Social. O Capital Social da Seguradora é de R\$ 270.797 (R\$ 270.797 em 2018), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 638.362.669 (638.362.669 em 2018) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 635.122.669 ações para a acionista controladora Capemisa - Instituto de Ação Social e 3.240.000 ações para a acionista Associação Clube Salutar. **26.2 - Reserva de Lucros.** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **26.3 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas o recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 30% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social, e ainda, mediante proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a Seguradora poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, que compensar-se-ão, nos dividendos anuais.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	42.070	24.206
Base para cálculo da reserva legal	42.070	

continuação


 CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
 CNPJ: 08.602.745/0001-32

30 – Demonstração de Resultado

Detalhamos as rubricas das demonstrações de resultados julgadas relevantes.

a - Sinistros Ocorridos

	2019	2018
Despesas com benefícios	(75.162)	(83.177)
Indenizações avisadas	(34.965)	(27.061)
DPVAT	(9.610)	(23.021)
Provisão matemática de benefícios concedidos	(7.660)	(7.076)
IBNR	(2.540)	(1.581)
	(129.937)	(141.916)

b - Custo de Aquisição

	2019	2018
Comissões	(23.328)	(21.635)
Despesas com administração de apólices	(15.268)	(11.334)
Outras	(632)	(796)
	(39.228)	(33.765)

c - Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2019	2018
Outras Receitas Operacionais Seguros		
Receitas consórcio DPVAT	7.704	8.415
Outras receitas operacionais de seguros	1.393	843
	9.097	9.258

Previdência

	2019	2018
Outras receitas operacionais de previdência	97	3.808
	97	3.808

Outras Despesas Operacionais Seguros

	2019	2018
Administração de apólices	(11.820)	(7.250)
Outras despesas operacionais de seguros	(6.679)	(5.415)
Outras despesas	(3.405)	(3.416)
Outras despesas consórcio DPVAT	(2.591)	(5.367)
Provisões cíveis	(305)	(169)
Constituição da redução ao valor recuperável do direito de uso de exclusividade	(1.517)	(150)
Constituição de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	(407)	-
Constituição (reversão) de redução ao valor recuperável prêmios a receber	(66)	214
	(26.790)	(21.553)

Previdência

	2019	2018
Provisões cíveis	(13.858)	(14.651)
Outras despesas operacionais de previdência	(3.205)	(2.932)
Constituição de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber de órgãos consignantes	(1.109)	(1.348)
	(18.172)	(18.931)
	(44.962)	(40.484)
	(35.768)	(27.418)

d - Despesas Administrativas

	2019	2018
Pessoal e encargos	(64.147)	(68.016)
Localização e funcionamento	(22.612)	(23.744)
Serviços de terceiros	(18.137)	(17.598)
DPVAT	(3.313)	(3.374)
Publicidade e propaganda	(3.324)	(3.559)
Donativos e contribuições	(1.478)	(974)
Publicações	(145)	(182)
Outras	(2.856)	(1.637)
	(116.012)	(119.084)

e - Despesas com Tributos

	2019	2018
PIS e COFINS	(10.968)	(9.981)
Taxa de fiscalização	(1.163)	(1.192)
Imposto	(481)	(235)
Outros	(8)	(16)
	(12.620)	(11.424)

f - Resultado Financeiro

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Renda fixa	87.469	88.545
Receitas com empréstimos	21.311	11.341
DPVAT	7.404	7.165
Atualização monetária depósitos judiciais	4.830	5.313
Receita de Juros de Capital	992	-
Ajuste de Juros sobre Capital Próprio	(992)	-
Receitas financeiras eventuais	86	36
Créditos tributários	25	147
Outras	52	11
	121.177	112.558

Despesas Financeiras

	2019	2018
Provisões Técnicas	(57.797)	(56.632)
DPVAT	(7.511)	(6.909)
Atualização provisão COFINS	(3.443)	(3.665)
Tributos	(1.495)	(1.005)
Renda fixa	(307)	(367)
Despesas com perdas de assistência financeira	(7.557)	(23.995)
Reversão de redução ao valor recuperável e assistência financeira (baixa para perda)	7.557	23.995
Reversão de provisão para riscos de assistência financeira	172	(382)
Constituição de Redução ao valor recuperável de títulos	(4)	(45)
Juros sobre o Capital Próprio	(8.500)	(700)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	8.500	700
Outras despesas com assistência financeira	(2.871)	(1.620)
Eventuais e outras	(227)	(282)
	(73.483)	(70.907)
	47.694	41.651

g - Receitas e Despesas Patrimoniais

	2019	2018
Receitas Patrimoniais		
Ajuste de investimentos em controladas	4.118	1.862
Receitas com aluguel	201	178
Dividendos e Rendimentos	16	7
Outros investimentos	13	23
	4.348	2.070

h - Ganhos ou Perdas com ativos não correntes

	2019	2018
Recuperação de créditos com ação judicial	1.165	1.765
Resultado de outras operações	7	(121)
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(80)	(32)
Constituição (reversão) de redução ao valor recuperável	(15)	180
	1.077	1.792

31 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL e JCP	48.973	48.973	38.733	38.733
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(8.500)	(8.500)	(700)	(700)
Resultado antes do IRPJ/CSLL e após Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	40.473	40.473	38.033	38.033
Adições/Exclusões	(18.020)	(17.887)	(16.623)	(16.523)
Lucro real	22.453	22.586	21.410	21.510
Compensação 30%	(6.735)	(6.776)	(6.423)	(6.453)
Base de cálculo	15.718	15.810	14.987	15.057
Alíquota nominal (*) - (**)	25%	15%	25%	20%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	(3.905)	(2.372)	(3.607)	(3.011)
Incentivos fiscais (***)	102	-	79	-
Impostos devidos	(3.905)	(2.372)	(3.607)	(3.011)

Impostos apresentados na demonstração do resultado

	2019	2018
Imposto corrente	(3.803)	(3.607)
Imposto diferido	(467)	(260)
Alíquota efetiva	11,04%	6,40%

 (*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (**) Em 31.12.2018, para fins de CSLL era considerada a Lei nº 13.169/15 que majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. A partir de 01.01.2019 a Lei 13.169/15 perdeu a sua vigência e a alíquota aplicada retornou para 15%. (***) Em maio de 2017, a Sociedade aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009. **32 - Outras Informações.** **32.1 - Seguros:** A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos e garantir suas obrigações e de seus administradores. **32.2 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** • CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. • IFRS 16 – Leasing – estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que os usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos e caixa da Companhia. • A IFRS 16 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. • IFRS 17 – “Contratos de Seguros” – A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem os efeitos que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade. A IFRS 17 entrará em vigor no Brasil em janeiro de 2022. Os normativos citados acima serão aplicáveis quando referendados pela SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

Jorge de Souza Andrade - Diretor - Presidente

 Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor Administrativo - Financeiro
 Eliida Cristina Cassundé dos Santos Lopes - Contador - CRC - RJ 93.879/O-2

Fábio dos Santos Meziat Lessa - Diretor

 Rafael Graça do Amaral - Diretor Técnico
 Olívia Cristiane Lima Minardi - Atuário - MIBA Nº 1493

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

 Ao Conselho de Administração e Acionistas da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. Rio de Janeiro – RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A., em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao tópico “Escopo da Auditoria”, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se

 causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 10 de fevereiro de 2020.

 Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
 CNPJ: 33.950.548/0001-51
 CIBA Nº 161

 ELMO HENRIQUE DE MORAES
 Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

 Em atendimento ao disposto na Resolução CNSP Nº 321/2015 e alterações, considerando-se ao que compete ao Comitê de Auditoria, de avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras das empresas do Grupo Capemisa, formado pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e a empresa controlada Capemisa Capitalização S/A e em cumprimento as normas e exigências do Órgão Regulador, dos regulamentos e controles internos e dos riscos, transcrevemos a seguir o resumo de nossa avaliação. No exercício de 2019 foram realizadas reuniões mensais com o Diretor Presidente, com os Gestores das áreas de Auditoria e Governança Corporativa, que engloba Controles Internos, Riscos e Compliance, além da avaliação por parte do Comitê, dos relatórios gerados pelas áreas acima mencionadas, bem como pela Auditoria Independente e pela Ouvidoria. **A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, apresentou os seguintes destaques no exercício de 2019:** ✓ que a capacidade econômica e financeira da Cia, mantém as coberturas de reservas de Ativos e Passivos, com os riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, apresentado no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019; ✓ a Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado três vezes maior do que o capital exigido pelo Órgão Regulador; ✓ que se constata a existência das políticas contábeis aplicadas pelos Auditores Independentes em relação às recomendações de providências adotadas pela Administração, com acompanhamento do seu cumprimento, auferindo a relevância dos riscos por nós identificados; ✓ o faturamento que totalizou R\$ 373,98 milhões, apresentando um crescimento de 5,30% em relação ao exercício de 2018. O referido crescimento é em consequências das ações apresentadas abaixo: • parcerias com vez maior com os corretores; • treinamento e capacitação para a equipe comercial e os corretores; • parcerias com grandes varejistas. ✓ a companhia conseguiu alcançar seus objetivos estratégicos registrando melhoria em seus principais indicadores e, consequentemente, no aumento do lucro líquido em 73,80%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, maximizando recursos da Empresa e de seus acionistas, apresentando um retorno sobre o patrimônio de 13,49%; ✓ o Índice Combinado, relação entre as despesas operacionais e a receita oriunda dos prêmios ganhos, teve uma redução de 3,07% em relação ao mesmo período de 2018. O Índice Combinado Ampliado, pelo acréscimo do resultado financeiro o Índice Combinado, melhorou 3,59%; ✓ o Índice de sinistralidade, razão entre os sinistros

 retidos e os prêmios ganhos líquidos de resseguro, teve uma queda de 2,10%, em relação ao mesmo período de 2018, devido à estratégia da Empresa de atuar em um mercado com menor competição por preço e à política de subscrição adotada; ✓ a Empresa apresentou redução das despesas administrativas de R\$ 1,9 milhões. O índice de despesas administrativas atingiu 31,37%, diminuindo em 2,03 pontos percentuais; ✓ resultado financeiro da Companhia que cresceu 15,48%. **A Capemisa Capitalização S/A, apresentou os seguintes destaques no exercício de 2019:** ✓ a arrecadação total da Companhia, que aumentou em 100,78% em relação ao exercício de 2018. Do mesmo modo, as despesas com sorteios apresentaram crescimento de 44,75%, contemplando 13 mil sorteados (10 mil em 2018); ✓ o resultado operacional de capitalização aumentou em 141,23%, influenciado, principalmente, pela comercialização dos produtos de Filantropia Premiável; ✓ as despesas administrativas cresceram 151,71% em relação ao ano anterior. Tal elevação foi impulsionada pelo investimento realizado com pessoal e tecnologia, visando suportar o crescimento das operações, e também pelo aumento dos tributos PIS e Cofins, explicado pela composição de preços do produto Filantropia Premiável; ✓ o resultado financeiro cresceu 51,41% em relação ao ano anterior; ✓ o Lucro Líquido atingiu R\$ 4,15 milhões, valor 121,04% maior do que o obtido em 2018. Deste modo, elevou-se de forma relevante o capital de seus acionistas, rentabilizando o Patrimônio dos mesmos em 19,53%; O Parecer recebido dos Auditores Independentes, Baker Tilly Brasil RJ, datado de 17 de fevereiro de 2020 referente às Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, apresenta adequadamente os aspectos relevantes, sem nada a relatar sobre quaisquer distorções na posição patrimonial e financeira da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A. Concluímos desta forma, pela recomendação ao Conselho de Administração, para a aprovação das Demonstrações Financeiras, das empresas Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A, do exercício de 2019. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020. João Bosco Lopes - Membro do Comitê de Auditoria. Jorge Ricardo Bezerra de Souza - Membro do Comitê de Auditoria. Elson Barbosa Batista - Membro do Comitê de Auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Aos Diretores e Acionistas da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. (“Seguradora”) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Nossa responsabilidade é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2020.

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes

 CRC-RJ 005.333/O-0
 Sheila Conrado
 CRC-RJ 086.265/O-4
